

## Controlo

*Os países parceiros exercem uma efectiva liderança sobre as suas políticas e estratégias de desenvolvimento e coordenam as acções para o desenvolvimento.*

A Declaração de Paris reconhece que o controlo do país sobre os esforços para o desenvolvimento, é condição primordial para a sua eficácia: o desenvolvimento só pode ter sucesso, sustentabilidade e total eficácia quando é o país parceiro a assumir a liderança na definição das metas e prioridades para o seu próprio desenvolvimento e estabelece a agenda para a sua prossecução.

### Avaliação da Implementação da Declaração

Uma avaliação da implementação da Declaração revela um mais elevado grau de controlo, embora o sentido prático e os contornos do controlo e liderança por parte do país sejam muitas vezes difíceis de definir. Verifica-se que o controlo é muitas vezes estreitamente confinado nos países parceiros, fortemente dominado por intervenientes do governo central e não pelas autoridades provinciais e locais. Até mesmo os países com maior experiência têm dificuldade em transpor estratégias nacionais para estratégias sectoriais e programas operacionais e descentralizados, e em coordenar dados. A situação, relativamente ao controlo, varia também consoante os sectores, havendo alguns, como a educação, saúde, energia e infra-estruturas, que são essencialmente dirigidos pelo governo, enquanto a sociedade civil e grupos marginais têm maior facilidade de criar parcerias nas áreas trans-sectoriais e humanitárias da cooperação e desenvolvimento. Vários países parceiros manifestaram a necessidade de uma maior clarificação para definir e mensurar o controlo e para o adequar às condições locais.

### Lições para Fortalecer o Controlo:

A Declaração de Paris veio promover uma abordagem progressivamente mais alargada ao modo de encarar o controlo, dando novos direccionamentos à agenda, a maioria dos quais se prendem com a intensificação do apoio ao desenvolvimento de capacidades, incluindo a capacidade para exercer liderança, mas envolvendo também a sociedade civil, os governos locais e o sector privado. Este modo de encarar o controlo tem também conduzido a um maior recurso à economia política e à análise da governação nos países. Há uma crescente convergência entre parceiros e dados quanto a certas prioridades – particularmente nas áreas dos direitos humanos, igualdade de géneros e direitos das mulheres, e boa governação.

As lições da experiência indicam também que o exercício do controlo não se deve limitar aos desafios técnicos inerentes ao planeamento operacional. Os compromissos da Declaração de Paris em relação ao controlo dão particular importância à implementação de estratégias e à coordenação da ajuda com recurso a uma larga base de processos



consultivos, envolvendo parlamentos, sociedade civil e o sector privado. O controlo por parte dos países tende a ser mais forte se tiver uma base democrática.

Há também uma interligação, cada vez mais generalizadamente aceite, entre o controlo e a constituição de estados fortes e eficazes. Isto torna-se particularmente relevante em situações de estados frágeis ou perante os desafios da reconstrução pós-conflito. O controlo implica um compromisso assumido com a paz e o progresso ao mais alto nível político e a tradução desse compromisso em incentivos que resultem em melhores desempenhos por parte de todos os intervenientes no desenvolvimento, em todos os níveis.

A Declaração de Paris contribuiu para alterar as normas no sentido de uma expectativa de que a iniciativa pertença aos países parceiros; mas a necessária mudança de comportamentos está ainda longe de ser atingida.

### **Accra Agenda for Action / A Agenda de Actividades de Accra**

A *Accra Agenda for Action* apela a um reforçar e aprofundar do controlo nos países em vias de desenvolvimento. Insta os governos dos países em desenvolvimento a assumirem uma mais forte liderança das suas próprias políticas de desenvolvimento e envolverem os seus parlamentos e cidadãos na concepção dessas políticas. Pede aos doadores que os apoiem, respeitando as prioridades dos países, investindo nos seus recursos humanos e instituições, fazendo uma maior utilização dos seus sistemas para a prestação da ajuda e aumentando a previsibilidade dos fluxos da ajuda.

